

# Comércio exterior FHC quer ampliar número de participantes do conselho de ministros Agricultura e Casa Civil de volta na Camex

**Denise Chrispim Marin**  
De Brasília

O decreto presidencial que permitirá o efetivo fortalecimento da Câmara de Comércio Exterior (Camex) deverá ser publicado no "Diário Oficial" da União até o final desta semana, conforme informou ontem o secretário-executivo desse órgão, Roberto Gianetti da Fonseca.

O Valor apurou que a Camex será integrada pelos ministérios do Desenvolvimento, da Fazenda, das Relações Exteriores e ainda por aqueles que foram excluídos das primeiras versões do tex-

to — Agricultura e Casa Civil.

O texto final do decreto foi discutido durante reunião na noite de anteontem na Casa Civil da Presidência da República. Ontem, antes de embarcar para a Argentina, o ministro do Desenvolvimento, Alcides Tâpias, e seus assessores jurídicos fizeram a avaliação da última versão. Em princípio, teriam aprovado o texto, que teve alguns de seus itens mais polêmicos decididos pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso.

Foi o presidente, por exemplo, quem decidiu que os ministros da Agricultura e da Casa Civil vol-

tariam a integrar a Camex. Contrário a essa posição, Tâpias defendia um formato menor para o conselho de ministros, sob a alegação de que conferiria maior agilidade na tomada das decisões sobre o comércio exterior.

A possibilidade de exclusão do Ministério da Agricultura da estrutura da Camex sofreu críticas porque boa parte das exportações brasileiras ainda são de produtos agrícolas, cujo controle e fiscalização são de responsabilidade desse ministério.

Apesar da inclusão da Agricultura e da Casa Civil, o decreto mantém a proposta inicial de Tâ-

pias de que a Camex assumira um modelo similar ao do Conselho Monetário Nacional (CMN). Ou seja, que sejam formados grupos técnicos de várias áreas do governo para analisar as questões e as demandas relativas ao comércio exterior. A decisão final será levada na forma de um voto ao conselho de ministros, que dará a palavra final — baixada na forma de resolução, com prazo definido para ser implementada.

Esse modelo teria a vantagem de impedir que decisões do conselho de ministros viessem a se perder na burocracia federal, como vinha ocorrendo nos últimos

anos. Por significar perda do poder informal de vários órgãos federais, a definição dos prazos para a implementação das resoluções converteu-se em um dos entraves na negociação do texto final do decreto.

Outro problema enfrentado por Tâpias foi a delegação à Camex dos poderes de órgãos subordinados a outros ministérios, como foi o caso da Receita Federal. Por determinação da medida provisória que permitiu o fortalecimento da Camex, a administração dos impostos de importação e sobre a exportação deixa de ser atribuição do Fisco.